

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2022/SEMDES
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 029/2022-PMO**

Por este instrumento de Contrato Administrativo que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ÓBIDOS/PA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº: 05.131.180/0001-64 por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com sede à Praça Barão do Rio Branco, S/N, Bairro Centro, CEP: 68.250-000, Fone: 93-92136094, e-mail: assistenciasocialobidos@yahoo.com.br, inscrita no **CNPJ de nº 15.494.605/0001-53**, neste ato representada pela ordenadora a **Sra. ALDANETE DOS SANTOS FARIAS VIANA**, brasileira, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pelo Decreto Municipal nº: 020, de 04 de janeiro de 2021, portadora da Carteira de Identidade nº: 2045432 - PC/PA e CPF nº 003.590.397-07, residente e domiciliada na Travessa Paulo Matos, s/n, Bairro Santa Terezinha, Óbidos/PA, CEP: 68.250-000, Tel.: (93) 99134-3096, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **SILVA DAS CHAGAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**, com sede na Travessa Lauro Sodré, nº 1180, Bairro Cidade Nova, CEP.:68.250-000, Óbidos/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.702.538/0001-55, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada pela **Sra. ROSANIA AUDREY SILVA DAS CHAGAS**, portador da Carteira de Identidade nº 2441375-SSP/PA e CPF Nº 414.490.3672-91, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº 029/2022-PMO e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto Contratação de Empresa para à aquisição de **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO em geral**, para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Óbidos e suas Secretarias e Fundos Municipais (**SEMPOF, SEMA, SEURBI, SEMED, SEMDES, SEMSA**), no exercício de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

1. O valor deste contrato, é de R\$ 165.481,75 (Cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).

2. Os quantitativos indicados na Planilha de Formação de Preços constante da proposta apresentada pela **CONTRATADA** no Pregão 029/2022-PMO são meramente estimativos, não acarretando à Administração do **CONTRATANTE** qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	MODELO	QUANT. SEMDES	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	CIMENTO 50KG	Sacos	POTY	CIMENTO 50KG	500,00	R\$ 57,00	R\$ 28.500,00
2	AREIA BRANCA LAVADA M ³	Metros Cúbicos	in natura	BRANCA LAVADA M ³	200,00	R\$ 130,00	R\$ 26.000,00
4	TIJOLO COM 6 FUROS	Unidades	CERAMICA NOGUEIRA	6 FUROS	5000,00	R\$ 1,38	R\$ 6.900,00
5	FERRO CA - 50 1/2 - 12 METROS	Barras	BELGA	50 1/2 - 12 METROS	25,00	R\$ 1,39	R\$ 34,75
6	FERRO CA - 50 3/8 - 12 METROS	Barras	BELGA	50 3/8 - 12 METROS	25,00	R\$ 88,00	R\$ 2.200,00
7	ARAME RECOZIDO	Quilogramas	BELGA	RECOZIDO	10,00	R\$ 26,00	R\$ 260,00
8	TINTA PARA PAREDE ACRILICA 18 LT	Latas	VELOZ	ACRILICA 18 LT	30,00	R\$ 198,00	R\$ 5.940,00
9	MASSA CORRIDA 18 LT	Latas	VELOZ	18 LT	20,00	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
11	ARGAMASSA SACO 20 KG	Sacos	MEGA MASSA	SACO 20 KG	100,00	R\$ 21,00	R\$ 2.100,00

12	PISO CERAMICO 45X45	Metros Quadrados	CERAL	45X45	150,00	R\$ 42,00	R\$ 6.300,00
13	FORRO TETO PVC	Unidades	ARAFORRO	PVC	100,00	R\$ 31,00	R\$ 3.100,00
14	CAL 5 KG	Sacos	SUPERCAL	5 KG	250,00	R\$ 16,00	R\$ 4.000,00
15	COLA ADESIVA PVA BRANCA(CAL)	Unidades	CASCOLA	PVA BRANCA(CAL)	200,00	R\$ 23,00	R\$ 4.600,00
16	FERRO DE 1/4 - 12 METROS	Barras	BELGA	1/4 - 12 METROS	30,00	R\$ 58,80	R\$ 1.764,00
17	FERRO DE 4.2 - 12 METROS	Barras	BELGA	4.2 - 12 METROS	30,00	R\$ 46,90	R\$ 1.407,00
18	ANCINHO DE FERRO 22 DENTES	Unidades	TRAMONTINA	22 DENTES	20,00	R\$ 28,80	R\$ 576,00
20	FIO PRA ROÇADEIRA	Metros	NAYLON	PRA ROÇADEIRA	200,00	R\$ 2,85	R\$ 570,00
23	TUBO PVC SOLDAVEL 60MM	Unidades	PLASMETAL	60MM	5,00	R\$ 177,00	R\$ 885,00
28	TELHA GALVANIZADA 6mts.	Unidades	ARCELO MELA	6mts	150,00	R\$ 434,00	R\$ 65.100,00
29	PÁ DE BICO MÉDIO	Unidades	TRAMONTINA	BICO MÉDIO	5,00	R\$ 63,00	R\$ 315,00
30	CARRINHO DE MÃO	Unidades	TRAMONTINA	CARRINHO DE MÃO	10,00	R\$ 335,00	R\$ 3.350,00
VALOR TOTAL							R\$ 165.481,75

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do Pregão nº 029/2022-PMO, realizado com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666/93e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. O prazo de vigência deste Contrato terá início em **28/10/2022** extinguindo-se em **30/12/2022**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

1.1 - permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a entrega dos produtos;

1.2 - impedir que terceiros forneçam os produtos objeto deste Contrato;

1.3 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

1.4 - devolver os produtos que não apresentarem condições de serem consumidos;

1.5 - solicitar a troca dos produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Serviço de Almoxarifado;

1.6 - solicitar, por intermédio de Autorização de Fornecimento expedida pelo Serviço de Almojarifado, o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato;

1.7 - comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4 - respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

1.5 - responder pelos danos causados diretamente à Administração do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

1.6 - responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

1.7 - efetuar a entrega do produto objeto da Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo do Serviço de Almojarifado;

1.8 - efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da comunicação expedida pelo Serviço de Almojarifado;

1.9 - comunicar ao Serviço de Almojarifado do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário; e

1.10 - a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº «NO_LICITACAO».

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

1.2 - expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

1.3 - vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Este contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim, representando o CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a Autoridade Competente do(a) CONTRATANTE, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

1 – PORTARIA Nº 020 de 30 de junho de 2022.					
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
FISCAL	OSLY BENTES SOUSA				
CPF:	571.655.212-91				
RG:	2651482	Expedição:		Órgão Expedidor	PC/PA
Situação Funcional:	() Contratado ou (X) Efetivo				
FISCAL	ELVALDO ARANHA MARTINS NETO				
CPF:	038.964.752-22				
RG:		Expedição:		Órgão Expedidor	
Situação Funcional:	(X) Contratado ou () Efetivo				

CLUÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento do produto caberá ao Chefe do Serviço de Almoxarifado do CONTRATANTE, ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária

2727 - Fundo Municipal de Assistência Social

08. 122. 0008. 2.053 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

08. 242. 0006. 2.054 - Benefícios de Prestação Continuada - BPC Escola
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08. 243. 0006. 2.055 - Manutenção do Programa Bolsa Família - IGD/ PBF
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08. 243. 0006.2.056 - Ações Estratégicos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - EPETI
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

08. 243. 0006. 2.057 - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08. 243. 0006. 2.058 - Manutenção do Programa Primeira Infância
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08. 243. 0006. 2.059 - Manutenção do Projeto de Formação José Cornélio dos Santos - PSE
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08. 243. 0006. 2.060 - Manutenção do Projeto Escola de Música – PSB
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.061 - Manutenção o do Conselho Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.062 - Manutenção dos Conselhos Mun. da Mulher, do Idoso e das Pessoas com Deficiência
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.063 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.064 - Benefício Eventuais
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.065 - Manutenção do Bloco de PSE de Média e Alta complexidade
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.244.0006.2.066 - Acessuas Trabalho
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.334.0007.2.067 - Manutenção do Espaço empreendedor
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

2828 - Fundo Mun. Dir. Criança e do Adolescente
08.243.0006.1.028 - Diagnóstico da Situação de Vulnerabilidade da Criança e do Adolescente
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.243.0006.2.068 - Manutenção do Conselho Tutelar
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

08.243.0006.2.069 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

08.243.0006.2.070 - Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) CONTRATANTE.
2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal ou fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (INSS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO e o FGTS, em original ou em fotocópia autenticada.
3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1.1 - advertência;

1.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

1.3 - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, deixar de atender totalmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.4 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, quando a CONTRATADA, injustificadamente ou por motivo não aceito pelo CONTRATANTE, atender parcialmente à solicitação ou à Autorização de Fornecimento previstas nos subitens 1.7 e 1.8 da Cláusula Sétima deste Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

1.5 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos.

2. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a CONTRATADA que:

2.1 - ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

2.2 - não manter a proposta, injustificadamente;

2.3 - comportar-se de modo inidôneo;

2.4 - fizer declaração falsa;

2.5 - cometer fraude fiscal;

2.6 - falhar ou fraudar na execução do Contrato;

2.7 - não celebrar o contrato;

2.8 - deixar de entregar documentação exigida no certame;

2.9 - apresentar documentação falsa.

3. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 2 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão do Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

3.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão nº 029/2022-PMO, cuja realização decorre da autorização do Sr(a). ALDANETE DOS SANTOS FARIAS VIANA, e da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de Óbidos/PA, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CNPJ/MF nº: 15.494.605/0001-53

Óbidos/PA, 28 de outubro de 2022

ALDANETE DOS SANTOS FARIAS VIANA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Decreto nº 020/2021
CONTRATANTE

SILVA DAS CHAGAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ sob o nº 20.702.538/0001-55
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____